

E-010



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

EDITAL N.º 1.188/2025

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - REDES

Duração: 5h (cinco horas)

Leia atentamente as instruções a seguir:

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu cartão de respostas
“A força da vontade quebra barreiras e ilumina o caminho da plena realização.”

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 50 (cinquenta) questões da **prova objetiva**, sem repetição ou falha, e 3 (três) questões da **prova discursiva**, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	PROVA DISCURSIVA
1 a 12	13 a 24	25 a 30	31 a 50	3

b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a folha da prova discursiva no verso.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **5 (cinco) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.

07 O Instituto Selecon fornecerá formulário específico para o candidato anotar **ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE** as respostas da prova objetiva. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**

08 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.

09 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A Lei Federal de n.º 8.112/1990 estabelece o prazo de validade dos concursos públicos no âmbito federal. Com base nessa Lei, determinado concurso, estabelecido pelo prazo de 1 (um) ano, poderá ser prorrogado:

- A) uma única vez pelo prazo de 2 (dois) anos
- B) uma única vez pelo prazo de 1 (um) ano
- C) duas vezes pelo prazo de 2 (dois) anos
- D) duas vezes pelo prazo de 1 (um) ano
- E) não pode ser prorrogado

2. Conforme disposto na Lei Federal de n.º 8.112/1990, constituem indenizações ao servidor:

- A) adicionais
- B) gratificações
- C) auxílio-moradia
- D) auxílio pré-escolar
- E) bônus de produtividade

3. Gael, servidor público efetivo da UFRJ, foi demitido após procedimento administrativo que apontou improbidade administrativa do agente. Depois de buscar apoio jurídico, Gael obteve sentença judicial transitada em julgada, que reconheceu falhas no procedimento. Diante do êxito obtido, o servidor busca retornar ao cargo anteriormente ocupado, o que poderá ser feito pelo provimento de:

- A) reintegração, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- B) reversão, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- C) reintegração, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- D) aproveitamento, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- E) aproveitamento, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado

4. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é basilar, pois está presente tanto no momento de elaboração da lei quanto no momento de aplicação desta pela Administração Pública. Com relação a esse princípio, pode-se afirmar que ele é:

- A) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar a desapropriação
- B) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o direito de petição
- C) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o procedimento de licitação
- D) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o exercício do poder de polícia
- E) indiferente tal classificação, visto que esse princípio pode ser considerado implícito ou explícito, dependendo da ocasião

5. Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado:

- A) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito
- B) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função
- C) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular
- D) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
- E) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum

6. A Lei Federal n.º 11.091/2005 dispõe que o desenvolvimento do servidor de carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente:

- A) Progressão por nível de Classificação "E" até Classificação "A"
- B) Progressão por Tempo de Serviço ou Progressão por Mérito Profissional
- C) Progressão por Certificação ou Progressão por Apoio Profissional
- D) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Tempo de Serviço
- E) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional

7. Conforme dispõe a Lei de n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração Pública Federal, pode-se afirmar que os atos administrativos devem ser motivados por meio de:

- A) ato de delegação de competência que é irrevogável a qualquer tempo pela autoridade delegante
- B) decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais que não precisarão constar da respectiva ata ou de termo escrito, pelo princípio da oralidade
- C) declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, com motivação explícita, que, nesse caso, serão parte integrante do ato
- D) decisões tomadas por delegação, ainda que devam indicar essa condição, considerando-se, para todos os efeitos, como editadas pela autoridade delegante, que é a titular da competência
- E) atos administrativos que não necessariamente deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, ainda que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, como ocorre em situações sigilosas

8. Com base no disposto na Lei Federal de n.º 9.784/1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- A) associações na defesa de interesse de seu associado
- B) titulares de direitos, mesmo que não forem parte no processo
- C) Ministérios Públicos Estaduais na defesa de interesses de qualquer cidadão
- D) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos
- E) quaisquer cidadãos, independente da existência de direitos ou interesses afetados pela decisão recorrida

9. Com relação à administração pública direta e indireta, pode-se afirmar que:

- A) a exploração de atividade econômica pelo Estado será realizada por intermédio de pessoas jurídicas de direito público ou privado integrantes da Administração Direta, sendo-lhe vedada a atuação direta nessas atividades
- B) as autarquias respondem de forma indireta e subjetiva. A Administração Direta deverá ser acionada judicialmente de forma solidária, ainda que a autarquia não disponha de condições patrimoniais ou orçamentárias para arcar integralmente com o valor da condenação
- C) a administração pública indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tais como as autarquias, as empresas públicas e as fundações públicas de direito público, instituídas ou autorizadas por lei específica
- D) as sociedades de economia mista integrantes da administração indireta podem explorar atividade econômica sem se submeter ao controle da administração direta, privilegiando a aplicação integral do regime de direito privado para assegurar maior flexibilidade operacional e dispensando a fiscalização quanto à finalidade pública
- E) de acordo com a legislação brasileira e com o entendimento doutrinário consolidado, entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, integrante da Administração Indireta. Órgão, por sua vez, é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta ou Indireta, desprovida de personalidade jurídica própria, criada para o desempenho de funções estatais

10. A Lei Federal de n.º 14.230/2021 promoveu grande atualização na Lei 8.429/2021, que dispõe da improbidade administrativa. Uma das alterações mais substanciais ocorridas foi a:

- A) possibilidade de extinção do processo sem julgamento do mérito em qualquer fase do processo
- B) alteração do elemento objetivo, passando a considerar punição também em caso de culpa grave
- C) decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, mesmo que não comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida
- D) decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança e em outras aplicações financeiras
- E) ampliação do prazo prescricional, que foi alterado para 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato, ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência

11. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. Nos termos da Lei Federal Complementar de n.º 101/2000, a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre:

- A) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos
- B) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- C) refinanciamento da dívida pública que constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional
- D) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- E) estimativa global de incentivos concedidos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas

12. O Decreto Federal de n.º 9.758/2019 instituiu uniformização na forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Com base em tal decreto, o único pronome de tratamento utilizado passou a ser:

- A) ilustre
- B) doutor
- C) senhor
- D) excelência
- E) respeitável

CONHECIMENTOS GERAIS

13. A Lei n.º 12.527/2011 tem por finalidade precípua a regulamentação do direito constitucionalmente garantido de acesso às informações públicas. No que diz respeito a essa lei, pode-se afirmar que a decisão denegatória de acesso a informações por órgãos e entidades do poder público:

- A) é irrecorrível
- B) não autoriza o requerente a obter seu inteiro teor por certidão ou cópia
- C) pode ensejar a interposição de recurso contra a decisão no prazo de 15 dias a contar da sua ciência
- D) pode motivar a interposição de recurso que será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, devendo esta se manifestar no prazo de 5 dias
- E) pode levar o requerente a recorrer à Controladoria-Geral da União, caso a negativa advinha de órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, que deliberará no prazo de 10 dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado

14. O Decreto n.º 7.724/2012 regulamenta, de forma detalhada, a aplicação da Lei n.º 12.527/2011 no âmbito do Poder Executivo Federal. Consoante a esse decreto, no que diz respeito ao pedido de acesso à informação:

- A) qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formulá-lo
- B) os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal poderão fazer exigências relativas aos motivos desse pedido
- C) não serão atendidos pedidos genéricos de acesso à informação, salvo nos casos em que seja apresentada justificativa plausível
- D) é vedado ao requerente, devidamente identificado no sistema eletrônico, optar pela preservação de sua identidade perante os órgãos ou as entidades demandados
- E) este será apresentado em formulário padrão, presencialmente, no SIC dos órgãos e das entidades, não sendo permitida a apresentação por meio de sistema eletrônico específico

15. A Lei n.º 13.709 de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), versa sobre o tratamento de dados pessoais, objetivando proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Consoante o artigo 6º dessa lei, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e determinados princípios. Trata-se de princípio expressamente previsto nesse artigo:

- A) eficácia
- B) moralidade
- C) publicidade
- D) transparência
- E) qualidade dos dados

16. Considere a seguinte situação hipotética: faz-se necessária a contratação de uma empresa para a realização de obras de modernização energética em prédios administrativos, por parte de um consórcio público intermunicipal. Essa obra inclui a troca de equipamentos, a implementação de um sistema de monitoramento e a garantia de uma redução mínima no consumo de energia. Tal redução deve ser confirmada por indicadores objetivos durante a execução do contrato. No que tange à remuneração da empresa contratada, o edital prevê que esta será parcialmente ligada ao desempenho relacionado à economia realmente alcançada. Consoante o disposto na Lei n.º 14.133/2021, pode-se afirmar que a licitação deve adotar, respectivamente, a modalidade e o critério de julgamento:

- A) concorrência e técnica e preço, devido à complexidade do objeto
- B) diálogo competitivo e melhor técnica, devido à inovação tecnológica envolvida
- C) leilão e maior retorno econômico, pois se trata de economia futura para a Administração
- D) pregão e menor preço, por se tratar de contratação com indicadores objetivos de desempenho
- E) concorrência e maior retorno econômico, pois envolve contrato de eficiência com remuneração relacionada à economia gerada

17. A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, aborda os chamados direitos e garantias fundamentais, regulados do artigo 5º ao 17. No art. 5º, estão previstos os direitos e deveres individuais e coletivos, nos quais encontra-se o direito de associação. Em consonância com o texto constitucional, pode-se assumir que:

- A) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado
- B) é vedada a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida apenas para fins expressamente autorizados em lei
- C) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, ainda que não haja autorização expressa
- D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado

18. O *caput* do art. 205 da CRFB/88 preconiza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, o texto constitucional estabelece que:

- A) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo
- B) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei
- C) as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- D) as universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa, mas não de gestão financeira e patrimonial
- E) compete às escolas recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola

19. O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) versa sobre a Administração Pública. Além dos vinte e dois incisos, esse artigo apresenta dezesseis parágrafos, que complementam os princípios e regras gerais previstos no *caput* e nos incisos. Um desses incisos determina que:

- A) a lei estabelecerá os prazos decadenciais para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento
- B) os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei
- C) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível
- D) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos
- E) o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, devendo sua remuneração sofrer a devida alteração

20. A Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) objetiva efetivar a garantia da igualdade de oportunidades à população negra, a defesa de seus direitos, bem como o combate a todo e qualquer tipo de discriminação racial e intolerância étnica. No que tange à saúde, o conjunto de ações voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes previstas no artigo 7º do referido Estatuto. Uma dessas diretrizes consiste no(a):

- A) fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra
- B) inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde
- C) melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero
- D) ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS
- E) inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS

21. A Lei n.º 14.540/2023 é um marco no que se refere ao combate ao assédio sexual e à violência sexual, na medida em que institui diretrizes, mecanismos de proteção às vítimas, canais de denúncia e ações educativas destinadas à promoção de um ambiente institucional seguro e respeitoso. De acordo com essa lei, pode-se afirmar que:

- A) nas duas primeiras etapas da educação básica, o Programa restringir-se-á à formação continuada dos profissionais de educação
- B) os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei deverão manter, pelo período de dez anos, os registros de frequência, físicos ou eletrônicos, dos programas de capacitação ministrados na forma prevista no inciso VII do *caput* do art. 5º desta Lei
- C) o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual aplica-se no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, mas não se aplica às instituições privadas
- D) no seu âmbito de atuação, o Poder Judiciário monitorará o desenvolvimento do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, a fim de subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise e consecução de seus objetivos e diretrizes
- E) um dos objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual é o de enfrentar e punir a prática do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual nos órgãos e entidades abrangidos por essa Lei

22. A Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo VI, seção III, trata da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, concretizando princípios tais como o da dignidade da pessoa humana e o da igualdade material. A inserção competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, devendo ser observadas algumas diretrizes, dentre elas o(a):

- A) articulação intrassetorial das políticas públicas
- B) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada
- C) proibição de realização de avaliações periódicas, de modo a não constranger a pessoa com deficiência
- D) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com menor dificuldade de inserção no campo de trabalho
- E) oferta de aconselhamento e de apoio aos empregados, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais

23. De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR), a não utilização de regionalismos e neologismos, na redação de comunicações oficiais e atos normativos, confere ao texto:

- A) clareza
- B) precisão
- C) concisão
- D) coerência
- E) formalidade

24. O padrão ofício é o expediente usado na comunicação oficial pela Administração Pública. No que tange às suas características formais e estruturais, de acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR):






- A) o texto da data deve ser alinhado à margem esquerda da página
- B) o Manual estabelece o emprego de somente um fecho para todas as modalidades de comunicação oficial, que é a forma “Respeitosamente”
- C) excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais não precisam informar o signatário.
- D) o texto do documento oficial deve seguir a mesma padronização de estrutura, independentemente do fato de ser usado para encaminhamento de documentos ou não
- E) o pronome de tratamento no endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma: “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

25. Em relação ao uso de recursos dos sistemas operacionais, nas distribuições *Linux*, um diretório armazena as pastas dos usuários no mesmo local em que se localizam os *scripts* de carga de perfil e do *shell bash* de cada usuário. Já no *Windows 10 BR*, um atalho de teclado tem por finalidade possibilitar o acesso a programas que estejam abertos e em execução na modalidade de processamento conhecida por multitarefa preemptiva. O diretório e o atalho de teclado são, respectivamente

- A) /boot e Alt + F2
- B) /home e Alt + F2
- C) /boot e Alt + Ins
- D) /home e Alt + Tab
- E) /boot e Alt + Tab

26. Após digitar um texto no editor *Word 2024 BR*, um funcionário da UFRJ posicionou o ponteiro do mouse no início do texto e realizou a verificação e correção ortográfica em todo o documento, utilizando uma tecla de função. O mesmo resultado poderia ser obtido a partir do acionamento de um ícone exibido na "Faixa de Opções", ao pressionar a guia "Revisão", na "Barra de Menu". A tecla de função e o ícone são, respectivamente:

- A) F7 e 
- B) F9 e 
- C) F7 e 
- D) F9 e 
- E) F7 e 

27. A planilha abaixo foi criada no software *Calc* da Suíte *LibreOffice* 25.8.3.2, versão em português. Para tanto, foram realizados os procedimentos listados abaixo.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2							
3							
4							
5			LICITAÇÃO - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS				
6	COD	DESCRIÇÃO	FORNECEDORES - PREÇO TOTAL			MENOR COTAÇÃO	FORNECEDOR VENCEDOR
7	A1	Notebook Intel	R\$4.199,00	R\$3.999,00	R\$5.100,00	R\$3.999,00	UFRJ-2
8	A2	SSD 1 TB SATA	R\$499,00	R\$587,00	R\$531,00	R\$499,00	UFRJ-1
9	A3	Pendrive 64 GB	R\$70,00	R\$69,00	R\$67,00	R\$67,00	UFRJ-3
10	A4	Multifuncional	R\$1.599,00	R\$1.230,00	R\$1.497,00	R\$1.230,00	UFRJ-2
11			TOTAL DA LICITAÇÃO =				R\$5.795,00
12							

- Nas células de C7 a E10, foram digitadas as cotações dos fornecedores e participantes da licitação.
- Em F7, foi inserida uma fórmula utilizando a função **MENOR** para determinar a menor cotação dos fornecedores para o item "Notebook Intel". Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de F8 a F10 para determinar a menor cotação nos demais itens.
- Em G7, foi inserida uma fórmula usando a função **SE**, que compara a cotação do fornecedor com a menor cotação usando o conceito de referência absoluta, e indica, em G7, o fornecedor vencedor no item em B7. Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de G8 a G10.

A partir disso, pode-se assumir que as fórmulas inseridas em F8 e G7 foram, respectivamente:

- A) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)
- B) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- C) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;&C&6;SE(G7=C7;&D&6;&E&6)
- D) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- E) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)

28. No que diz respeito aos conceitos da *internet*, é comum baixar, de sites específicos, arquivos e *softwares* para leitura de arquivos em formato PDF, o que caracteriza a realização de uma determinada atividade. Para isso, é imprescindível usar o acesso a sites por meio de *browsers*, como o *Google Chrome*, particularmente quando se utiliza um *notebook Intel* com *Windows 11 BR* (x64). Nesse *browser*, o atalho de teclado Ctrl + D é executado com uma função bem específica. A atividade e a função do atalho de teclado são conhecidas, respectivamente, como:

- A) *download* e excluir conteúdo armazenado em Histórico
- B) *downsize* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- C) *download* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- D) *downsize* e imprimir página visualizada na tela do monitor
- E) *download* e imprimir página visualizada na tela do monitor

29. No que se relaciona às tecnologias, atualmente, em algumas organizações, é implementada uma rede de computadores privada, acessível apenas para usuários autorizados. Ela funciona como uma espécie de *internet* interna, permitindo a comunicação e o compartilhamento seguro de informações e dados entre os colaboradores de uma empresa. Essa rede emprega os mesmos protocolos da *Internet*, como TCP/IP, mas atua de forma isolada da rede *WAN*. A rede privada usa a tecnologia *Ethernet* para conectar todos os dispositivos, permitindo a troca de arquivos e envio de mensagens de forma segura. Essa rede é conhecida como:

- A) bitnet
- B) infnet
- C) intranet
- D) extranet
- E) metronet

30. Em relação à segurança da informação, ameaça pode ser considerada qualquer ação que coloque em risco as propriedades de segurança de um sistema. Nesse sentido, três tipos de ameaças às propriedades básicas de segurança são descritas a seguir.

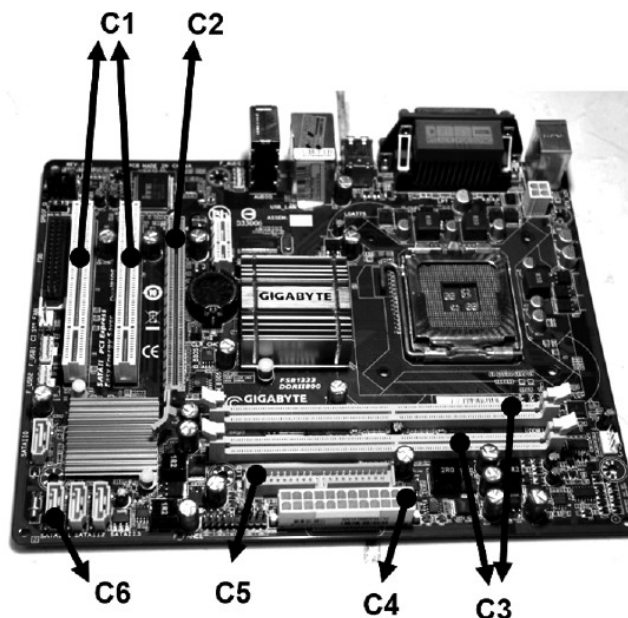
- um processo vasculhar as áreas de memória de outros processos, arquivos de outros usuários, tráfego de rede nas interfaces locais ou áreas do núcleo do sistema, buscando dados sensíveis como números de cartão de crédito, senhas e e-mails privados.
- um processo alterar as senhas de outros usuários, instalar programas, *drivers* ou módulos de núcleo maliciosos, visando a obter o controle do sistema, roubar informações ou impedir o acesso de outros usuários.
- Um processo no qual um usuário busca alocar para si todos os recursos do sistema, como a memória, o processador ou o espaço em disco, para impedir que outros usuários possam utilizá-lo.

Os tipos de ameaça descritos são caracterizados, respectivamente, como ameaças à:

- A) integridade, disponibilidade e autenticidade
- B) disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade
- C) confidencialidade, integridade e disponibilidade
- D) irretratabilidade, confidencialidade e integridade
- E) autenticidade, irretratabilidade e confidencialidade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No que se refere aos conceitos básicos de informática, observe a figura que mostra a placa mãe de um microcomputador Intel.



Os componentes identificados por C3 e C6 são conhecidos, respectivamente, como barramento:

- A) IDE e slot/soquete PCI
- B) SATA e slot/soquete PCI
- C) IDE e slot/soquete PCI-EXPRESS
- D) IDE e slot/soquete para memória DDR
- E) SATA e slot/soquete para memória DDR

32. Com relação aos conceitos básicos de informática e no que diz respeito aos parâmetros de desempenho de discos rígidos, dois tempos são caracterizados a seguir.

- I. Indica o tempo necessário em ms para que a cabeça de leitura e gravação se posicione no setor do disco que deve ser lido ou mesmo gravado. Esse parâmetro sofre influência do tempo de rotação dos discos, atualmente na faixa de 5.400, 7.200 e 10.000 rpm;
- II. Indica o tempo que a cabeça de leitura e gravação leva para se deslocar até uma trilha do disco ou mesmo de uma trilha a outra. Cabe ressaltar que quanto menor esse tempo, melhor o desempenho.

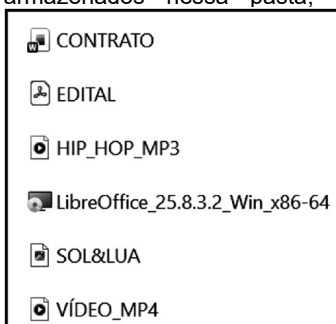
Os parâmetros descritos em I e em II são conhecidos, respectivamente, como tempos de:

- A) busca e acesso
- B) latência e busca
- C) efetividade e latência
- D) acesso e transferência
- E) transferência e efetividade

33. Atualmente, é fundamental ter instalado um *software* antivírus, visando à proteção dos microcomputadores e *notebooks*, incluindo anexos de e-mails. O vírus infecta o computador por meio da multiplicação dele (cópias), com intenção de causar dano na máquina ou roubar dados. O antivírus analisa os arquivos do computador, buscando padrões de comportamento e códigos que não seriam comuns em algum tipo de arquivo, e compara com seu banco de dados. Com isso, o antivírus avisa ao usuário que tem algo suspeito para que seja tomada providência. Nesse contexto, três exemplos de antivírus são:

- A) *Defrag*, e *Paint* e *Viewer*
- B) *RealPlayer*, *AVG* e *Winzip*
- C) *Avast*, *McAfee* e *Kaspersky*
- D) *WinRAR*, *Panda* e *QuickTime*
- E) *Ccleaner*, *ChatGPT* e *Thunderbird*

34. No aplicativo Explorador de Arquivos do *Windows 11* BR (x64), um Analista de TI da UFRJ acessou > Este Computador > OS (C:) > UFRJ. Para selecionar todos os arquivos armazenados nessa pasta, conforme mostrado na figura



ele pode executar dois procedimentos, descritos a seguir.

- (1) Executar um atalho de teclado ou
- (2) Selecionar **CONTRATO**, que está no topo da lista e, levando o cursor do mouse sobre o nome do último arquivo **VÍDEO_MP4**, pressionar, simultaneamente, uma tecla específica.

O atalho de teclado e a tecla pressionada são, respectivamente:

- A) Ctrl + A e Alt
- B) Ctrl + F e Ctrl
- C) Ctrl + A e Ctrl
- D) Ctrl + F e Shift
- E) Ctrl + A e Shift

35. No que diz respeito à organização hierárquica dos diretórios, os sistemas *GNU/Linux* possuem um padrão rígido e específico, definido pela *Filesystem Hierarchy Standard*, sendo dois deles descritos a seguir.

- I. É um diretório que armazena as bibliotecas essenciais e os módulos do *kernel Linux*, sendo que bibliotecas são conjuntos de funções e recursos utilizados por programas;
- II. É um diretório que armazena informações do sistema, como *spool* de impressora, caixas postais, *logs* do sistema e cache de programas.

Esses diretórios são conhecidos, respectivamente, por:

- A) /lib/ e /var/
- B) /sys/ e /lib/
- C) /bin/ e /sys/
- D) /usr/ e /bin/
- E) /var/ e /usr/

36. No que diz respeito aos conceitos de tecnologias relacionadas à internet, busca e pesquisa na *web*, um serviço é conhecido por uma sigla que define um sistema composto por servidores que cooperam juntos para a tradução de domínios para endereços IP. É uma infraestrutura invisível que funciona e opera com servidores em várias camadas, para garantir a eficácia da tradução de domínios em endereços IP e que os dispositivos possam se comunicar efetivamente na rede global. Nesse contexto, quando se acessa o endereço eletrônico *https://ufrj.br/*, na verdade, o sistema utiliza o IP que corresponde a esse endereço. Assim sendo, esse serviço de tradução de endereços para o IP e o próprio endereço eletrônico são conhecidos, respectivamente, pelas siglas:

- A) SSH e URL
- B) DNS e UDP
- C) DNS e FTP
- D) DNS e URL
- E) SSH e UDP

37. Um Analista de TI que trabalha na UFRJ está navegando pela internet por meio do *Google Chrome*, em uma de suas últimas versões, em um *notebook* Intel, com *Windows 11* BR (x64). No momento, encontra-se visualizando a página da Lei de Proteção de Dados no Brasil (LGPD), por meio do endereço eletrônico *https://www.gov.br/esporte/pt-br/acesso-a-informacao/igpd*. Para realizar uma pesquisa na página desse site, ele executou um atalho de teclado, suportado pelo *browser*, que mostrou uma pequena janela de diálogo no canto superior direito. Feita a pesquisa, ele executou outro atalho de teclado que mostrou o histórico dos *downloads* realizados. Esses dois atalhos de teclado são, respectivamente:

- A) Ctrl + B e Ctrl + D
- B) Ctrl + F e Ctrl + W
- C) Ctrl + F e Ctrl + J
- D) Ctrl + F e Ctrl + D
- E) Ctrl + B e Ctrl + J

38. No que se refere aos pilares da segurança da informação, um tem por objetivo assegurar que a informação deva estar correta, ser verdadeira e não estar corrompida, enquanto outro visa a garantir que um usuário é de fato quem alega ser. Paralelamente, códigos maliciosos, conhecidos como *malware*, são usados como intermediários para prática de golpes, realização de ataques e envio de *spam*. Dentre eles, um programa é capaz de capturar e armazenar as teclas digitadas pelo usuário no teclado do computador. Sua ativação, em muitos casos, está condicionada a uma ação prévia do usuário, como o acesso a um site específico de comércio eletrônico ou de *Internet Banking*. Nesse contexto, os dois pilares e o nome pelo qual é conhecido o *malware* descrito são, respectivamente:

- A) usabilidade, prevenção e *backdoor*
- B) integridade, autenticação e *keylogger*
- C) autenticação, usabilidade e *keylogger*
- D) homologação, integridade e *ransomware*
- E) confidencialidade, homologação e *ransomware*

39. Atualmente, a segurança dos ativos de uma empresa é uma das atividades que mais chamam a atenção e que preocupam os administradores de rede. Nesse contexto, um processo é utilizado com o objetivo de tornar o sistema preparado para enfrentar tentativas de ataque, incluindo as redes, *softwares*, *hardwares* e *firmwares*, bem como infraestruturas de TI mais resistentes a ataques. É um termo que corresponde a uma técnica de blindagem de sistemas para mapeamento das ameaças, mitigação dos riscos e execução das atividades corretivas com foco na infraestrutura. Pode ser traduzido como endurecimento ou mesmo blindagem e se refere a ajustes finos efetuados no sistema, após uma instalação. Tem como finalidade a proteção do sistema contra ameaças desconhecidas. Esse processo corresponde a um termo conhecido como:

- A) *Hardening*
- B) *Shapening*
- C) *Awakening*
- D) *Deepening*
- E) *Weakening*

40. LDAP (*Lightweight Directory Access Protocol*) é um protocolo padrão de internet para acessar e gerenciar serviços de diretório, que organizam informações sobre usuários, recursos e aplicações em uma rede de forma hierárquica, permitindo que sistemas e usuários encontrem e acessem esses dados de forma centralizada para autenticação, autorização e pesquisa. Há diversas ferramentas para verificar e configurar LDAP, cabendo destacar três delas:

- I. possui interface gráfica para explorar conexões LDAP;
- II. testa conexões LDAP usando *Test-NetConnection*;
- III. permite analisar tráfego LDAP na rede.

Essas ferramentas são, respectivamente:

- A) *Sniffer*, *Kismet* e *LDP.exe*
- B) *WireShark*, *Nagios* e *Kismet*
- C) *Dreamweaver*, *Kernel* e *Nagios*
- D) *LDP.exe*, *PowerShell* e *Wireshark*
- E) *PowerShell*, *Sniffer* e *Dreamweaver*

41. A redundância de rede é um dos pilares fundamentais para garantir a disponibilidade e a confiabilidade em ambientes corporativos e industriais. Protocolos de redundância desempenham papel crucial na prevenção de *loops* e na manutenção da integridade das redes *Ethernet*. Os *switches Ethernet* modernos são equipados com tecnologias avançadas para garantir a máxima eficiência e segurança das redes, com destaque para três protocolos descritos a seguir.

- I. É um protocolo desenvolvido para evitar *loops* de rede, que identifica caminhos redundantes e bloqueia temporariamente as portas desnecessárias, garantindo que apenas um caminho ativo permaneça entre dois pontos da rede;
- II. É um protocolo que oferece tempos de convergência muito mais rápidos, reduzindo o *downtime* em caso de falhas e tornando a rede mais resiliente;
- III. É um protocolo que permite a criação de múltiplas instâncias de *spanning tree*, otimizando o uso de *links* redundantes e segmentando o tráfego conforme as necessidades da rede.

Os protocolos descritos em I, em II e em III são conhecidos, respectivamente, como:

- A) RSTP (Rapid Spanning Tree Protocol), STP (Spanning Tree Protocol) e MSTP (Multiple Spanning Tree Protocol)
- B) RSTP (Rapid Spanning Tree Protocol), MSTP (Multiple Spanning Tree Protocol) e STP (Spanning Tree Protocol)
- C) MSTP (Multiple Spanning Tree Protocol), STP (Spanning Tree Protocol) e RSTP (Rapid Spanning Tree Protocol) e
- D) STP (Spanning Tree Protocol), MSTP (Multiple Spanning Tree Protocol) e RSTP (Rapid Spanning Tree Protocol)
- E) STP (Spanning Tree Protocol), RSTP (Rapid Spanning Tree Protocol) e MSTP (Multiple Spanning Tree Protocol)

42. Uma rede está identificada pelo IP 183.142.0.0/16. Utilizando-se o esquema de Máscara de Rede de Tamanho Variável (VLSM), deseja-se configurar:

- 1 sub-rede com até 32.000 *hosts*;
- 15 sub-redes com até 2.000 *hosts*;
- 8 sub-redes com até 250 *hosts*.

Após a realização dos cálculos, chegou-se à configuração 183.142.0.0/17, atribuída para a sub-rede com até 320000 *hosts*. Continuando com os cálculos, duas configurações válidas para uma das 15 sub-redes com até 2000 *hosts*, e para uma das 8 sub-redes com até 250 *hosts*, são, respectivamente:

- A) 183.142.128.0/19 e 183.142.248.0/24
- B) 183.142.128.0/21 e 183.142.248.0/24
- C) 183.142.128.0/23 e 183.142.248.0/24
- D) 183.142.128.0/21 e 183.142.248.0/17
- E) 183.142.128.0/19 e 183.142.248.0/17

43. Com o crescimento exponencial da internet e o surgimento de novas tecnologias conectadas, compreender o que é IPv6 tornou-se essencial para profissionais de redes e infraestrutura. O IPv6 é o sucessor direto do IPv4, projetado para resolver a escassez de endereços e oferecer melhorias substanciais em segurança, eficiência e roteamento. O IPv6 define três categorias principais de endereços:

- I. envia pacotes para múltiplos destinos simultaneamente;
- II. atribui endereço único a uma interface. O pacote é entregue diretamente ao destinatário;
- III. atribui o mesmo endereço a várias interfaces. O roteador entrega o pacote à mais próxima (menor custo).

As três categorias são conhecidas, respectivamente, como:

- A) *Unicast*, *Anycast* e *Multicast*
- B) *Unicast*, *Multicast* e *Anycast*
- C) *Multicast*, *Unicast* e *Anycast*
- D) *Anycast*, *Multicast* e *Unicast*
- E) *Anycast*, *Unicast* e *Multicast*

44. Os Protocolos de Roteamento determinam o conteúdo das tabelas de roteamento, ou seja, são eles que ditam a forma como a tabela é montada e de quais informações ela é composta. Roteamento é o processo crucial de encaminhar pacotes de dados de uma rede de origem para uma rede de destino. Os roteadores são os dispositivos que tomam essas decisões, consultando suas tabelas de roteamento. Os protocolos de roteamento, por sua vez, definem como essas tabelas são construídas e mantidas, garantindo que o tráfego encontre o melhor caminho. Entre os protocolos, um foi desenvolvido pelo IETF como substituto para o RIP, tendo por características ser um protocolo intradomínio, hierárquico, baseado no algoritmo de Estado de Enlace (*Link-State*) e especificamente projetado para operar com redes grandes. Suporta roteamento hierárquico de dois níveis, possibilitando a divisão em áreas de roteamento. Uma área de roteamento é tipicamente uma coleção de uma ou mais sub-redes intimamente relacionadas. Tal hierarquia permite a consolidação dos endereços por área, reduzindo o tamanho das tabelas de roteamento. Esse protocolo de roteamento é conhecido pela sigla:

- A) BGP
- B) EGP
- C) ICMP
- D) OSPF
- E) EIGRP

45. O *Wi-Fi* tornou-se parte integrante de rotina diária, permitindo a conectividade perfeita com a internet em casa, no trabalho e em outros lugares. No entanto, a tecnologia por trás do *Wi-Fi* pode ser complexa. Os padrões de *Wi-Fi* são definidos pelo IEEE sob o protocolo 802.11. Esses determinam como os dispositivos sem fio se comunicam e se conectam à internet. A evolução desses padrões levou a uma melhoria significativa na velocidade, no alcance e na confiabilidade. Entre esses padrões, dois são descritos a seguir.

- I. conhecido como *Wi-Fi 5*, opera principalmente na banda de 5 GHz com velocidades superiores a 1 Gbps;
- II. conhecido como *Wi-Fi 6*, esse padrão foi desenvolvido para frequências mais altas e pode atingir velocidades de até 10 Gbps, além de oferecer suporte a vários dispositivos simultaneamente.

Os padrões *wi-fi* descritos em I e II são conhecidos, respectivamente, como:

- A) IEEE-802.11ax e IEEE-802.11be
- B) IEEE-802.11ax e IEEE-802.11ac
- C) IEEE-802.11be e IEEE-802.11ax
- D) IEEE-802.11ac e IEEE-802.11be
- E) IEEE-802.11ac e IEEE-802.11ax

46. Criptografia é o processo de transformar texto simples e legível em texto cifrado e ilegível, para mascarar informações confidenciais de usuários não autorizados. As organizações usam regularmente a criptografia na segurança de dados, para proteger dados confidenciais contra acesso não autorizado e violações de dados. Dentre os tipos de criptografia, dois são descritos a seguir.

- I. criptografa e descriptografa dados usando uma chave secreta que é compartilhada por todas as partes envolvidas em uma transação;
- II. também conhecida como criptografia de chave pública, criptografa e descriptografa dados usando duas chaves diferentes. Qualquer pessoa pode usar a chave pública para criptografar dados, mas apenas os detentores da chave privada correspondente podem descriptografar esses dados.

Os tipos descritos em I e em II são conhecidos, respectivamente, como criptografias:

- A) reversa e transversa
- B) homomórfica e híbrida
- C) simétrica e assimétrica
- D) reservada e ultrassecreta
- E) de *hamming* e de *hashing*

47. NAT representa uma técnica comumente usada por provedores de serviços de internet (ISPs) e organizações para permitir que vários dispositivos compartilhem um único endereço IP público. Ao usar NAT, os dispositivos em uma rede privada podem se comunicar com dispositivos em uma rede pública, sem a necessidade de que cada dispositivo tenha seu próprio endereço IP exclusivo. É um recurso originalmente concebido como uma solução de curto prazo para aliviar a escassez de endereços IPv4 disponíveis. Ao compartilhar um único endereço IP entre vários computadores em uma rede local, o NAT conserva o número limitado de endereços IPv4 publicamente roteáveis. O NAT também fornece uma camada de segurança para redes privadas porque oculta os endereços IP reais dos dispositivos atrás de um único endereço IP público. Em conformidade com a notação CIDR, o NAT opera com faixas de endereços IP privados nas classes A, B e C, que são, respectivamente:

- A) 10/8, 172.16/12 e 192.168/16
- B) 10/12, 172.16/16 e 192.168/24
- C) 10/12, 172.16/12 e 192.168/12
- D) 10/12, 172.16/16 e 192.168/16
- E) 10/8, 172.16/16 e 192.168/24

48. Cada vez mais a sociedade se baseia em dados para exercer suas atividades e negócios, o que gera um aumento da necessidade de armazenamento adequado para a imensa quantidade de dados. Nesse sentido, quando se trata de empresas, três formas de armazenamento se destacam, das quais duas são descritas a seguir.

- I. tem sistema operacional e não necessita de um computador ou servidor hospedeiro para funcionar, tendo por foco a conexão em redes locais. Para que funcione, é preciso conectar o sistema a uma rede local ou à internet. Em consequência, será disponibilizado mais espaço de armazenamento para todos os pontos autorizados na rede, o que inclui computadores, notebooks e celulares;
- II. possui uma infraestrutura de rede privada que conecta dispositivos de armazenamentos a outros dispositivos de computação. Esse método não utiliza a rede local da empresa e cria sua própria rede. Essa forma de armazenamento normalmente é montada por meio de três componentes: cabeamento, adaptadores de barramento (controladoras HBAs) e *switches* conectados aos sistemas de armazenamento e aos servidores.

Essas formas de armazenamento são conhecidas, respectivamente, pelas siglas:

- A) NAS e SAN
- B) NAS e DAS
- C) DAS e SAN
- D) SAN e DAS
- E) SAN e NAS

49. Em conformidade com a Lei n.º 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei n.º 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei n.º 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei n.º 13.460, de 26 de junho de 2017, de acordo com o Art. 4º, as ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessárias para a oferta digital de serviços e de políticas públicas, recebe a seguinte denominação:

- A) base nacional de serviços públicos
- B) plataformas de governo digital
- C) governo como plataforma
- D) laboratório de inovação
- E) registros de referência

50. De acordo com o Decreto n.º 9756, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo Federal, em conformidade com o Art. 1º, fica instituído o portal único, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, por meio do qual informações institucionais, notícias e serviços públicos prestados pelo Governo Federal serão disponibilizados de maneira centralizada. Esse portal único é denominado:

- A) GSI
- B) MCTI
- C) e-CAC
- D) FLICKR
- E) GOV.BR

PROVA ESCRITA – PARTE DISCURSIVA

Orientações:

Esta prova é composta de 03 (três) questões discursivas, que deverão ser respondida dentro do espaço correspondente na folha de respostas da prova discursiva (**no verso do cartão de respostas**).

A folha de rascunho do caderno de questões será de preenchimento facultativo e **não** será válida, em hipótese alguma, para avaliação da prova discursiva do candidato. O candidato que entregar a prova discursiva em branco não será avaliado pela banca de correção e, conseqüentemente, será eliminado do concurso, ainda que haja registro no rascunho.

Certifique-se de **não** colocar marcas, nem assinar, rasurar ou preencher seu nome na **folha de resposta da prova discursiva**. Enfatiza-se que o candidato não poderá assinar em lugar algum ou fazer qualquer tipo de identificação, sob pena de anulação da sua prova e conseqüente eliminação deste certame.

A questão deve ser respondida utilizando o mínimo de **3 linhas** e o máximo de **20 linhas**. Qualquer fragmento de resposta que ultrapassar esse limite será desconsiderado, tornando a resposta incompleta para efeito de correção.

Será atribuída nota zero à questão da prova discursiva que:

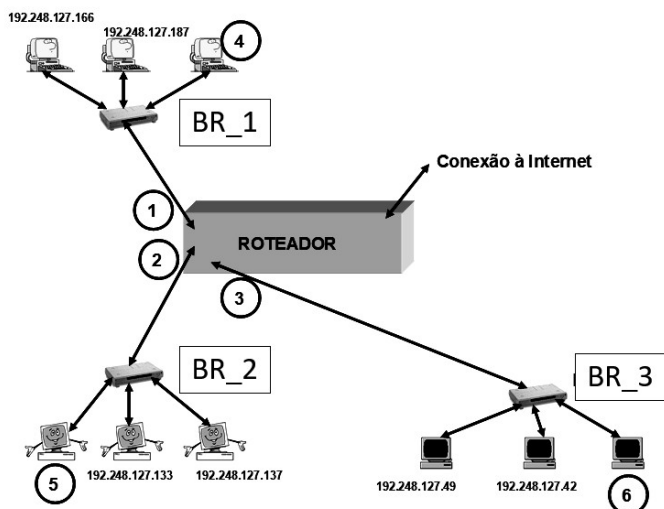
- a) fugir à proposta apresentada nas questões;
- b) identificar, rubricar ou registrar qualquer palavra, marca ou sinal que identifique o candidato nas folhas de respostas (parte discursiva);
- c) redigir a lápis, parte ou a totalidade das respostas;
- d) deixar as folhas de respostas da parte discursiva em branco; e
- e) apresentar letra ilegível.

Segundo os termos do edital, não será permitida nenhuma espécie de consulta nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Total de pontos da prova discursiva: **10 (dez) pontos**.

QUESTÃO Nº 1

Um Analista TI da especialidade REDES administra a rede de computadores da empresa BRASIL LTDA, estruturada conforme o esquema abaixo, constituída de 3 (três) sub-redes e permitindo acesso à internet, operando sob o protocolo TCP/IP.



Dados:

- (1) O endereço IP da empresa BRASIL é 199.143.187.0;
- (2) A máscara de rede que está sendo utilizada é 255.255.255.224;
- (3) Considerar que cada sub-rede só recebe uma faixa de endereços IP;
- (4) O método utilizado é o MÁSCARA DE TAMANHO FIXO.

Com base no exposto:

- a) Indique os endereços IP que representam a identificação da rede e o endereço de *broadcast* para a rede BRASIL;
- b) Apresente as faixas de endereços atribuídas às redes BR_1, BR_2 e BR_3. Justifique;
- c) Indique os endereços válidos que podem ser atribuídos ao microcomputador 5 da sub-rede BR_2. Justifique;
- d) Apresente os endereços que devem ser atribuídos às portas 1, 2 e 3 do roteador da empresa BRASIL. Justifique;
- e) As máscaras de sub-rede 255.255.255.0, 255.255.255.192 e 255.255.255.240 poderiam ser empregadas nesse caso no lugar de 255.255.255.224? Justifique.

QUESTÃO Nº 2

No que se refere à Inteligência Artificial (IA):

- a) apresente a definição e os conceitos;
- b) apresente os fatores que estão associados diretamente aos desafios éticos no uso de IA no Brasil;
- c) apresente também os fatores que estão associados diretamente aos desafios legais no uso de IA no Brasil.

QUESTÃO Nº 3

No que diz respeito à virtualização, apresente o conceito e a definição, além dos tipos e benefícios/vantagens da técnica.

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 1
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 2
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 3
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO